

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social - ASCOM

Destaque: Matérias que citam o ministro Fernando Coelho Filho ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: O Globo.....	2
Título: Produção de petróleo cai 1,2% em novembro	2
Título: BP reconhecerá baixa de US\$1,5 bi após mudança tributária nos EUA	3
Título: Ai, meu bolso	3
Título: Tráfico impede o acionamento de sirenes de usina de Angra.....	4
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	5
Título: Vetos no Repetro mantêm litígio com Receita, diz Petrobras.....	5
Título: Gerdau vende ativos nos EUA por US\$ 600 mi.....	6
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	7
Título: Com Repetro, Petrobrás economiza R\$ 21 bi.....	7
VEÍCULO: Valor Econômico	8
Título: Parlamentares ameaçam rejeitar MP do setor elétrico	8
Título: Estaleiros buscam novos negócios para depender menos da Petrobras	10
Título: Ecovix cobra execução de acordo da Tupi BV.....	13
Título: Destaques	14
Título: Curtas	15
Título: Navios do Promef estão inacabados no Estaleiro Mauá	16

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia****Autor: Ramona Ordoñez****Título: Produção de petróleo cai 1,2% em novembro**

Petrobras vai exercer direito de preferência em três áreas em leilão do pré-sal.

A produção de petróleo no Brasil somou 2,595 milhões de barris por dia em novembro. O resultado representa uma queda de 1,2% na comparação com o mês anterior e de 0,5% em relação a igual período de 2016. Em compensação, a produção do pré-sal em novembro totalizou 1,652 milhão de barris de óleo equivalente (petróleo e gás) por dia, um aumento de 1,5% em relação ao mês anterior, de acordo com o Boletim de Produção da Agência Nacional do Petróleo (ANP). Ontem, resolução do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) publicada no Diário Oficial da União confirmou que a Petrobras vai exercer o direito de preferência com uma fatia de 30% em três áreas no leilão do pré-sal, marcado para 7 de junho: Dois Irmãos, Três Marias e Uirapuru. Será o quarto leilão sob o regime de partilha já realizado no país. Serão ofertadas ainda as áreas de Saturno e Itaimbezinho, localizadas nas bacias de Campos e de Santos.

ESTATAL: REPETRO DÁ SEGURANÇA JURÍDICA

Pelas regras em vigor, a Petrobras tem o direito de escolher as áreas nas quais pode exercer o direito de preferência, ou seja, mesmo que não seja a vencedora da disputa por uma dessas áreas, ela pode participar do consórcio vencedor. O governo prevê arrecadar R\$ 4,6 bilhões com o bônus de assinatura que os consórcios devem pagar para arrematar as áreas. O bloco mais caro será o de Uirapuru: R\$ 2,65 bilhões. O segundo valor mais alto está na área de Saturno, que tem bônus previsto de R\$ 1,45 bilhão. Depois vêm Dois Irmãos (R\$ 400 milhões), Três Marias (R\$ 100 milhões) e Itaimbezinho (R\$ 50 milhões). Na semana passada, o presidente Michel Temer sancionou, com três vetos, a lei que amplia o Repetro, regime especial de tributação do setor de petróleo. O prazo do programa foi ampliado até 2040. Essa era uma das principais demandas dos empresários do setor, que reivindicavam a extensão do Repetro para incentivar investimentos na área. Ontem, em nota, a Petrobras informou que o Repetro confere maior segurança jurídica aos investimentos, mas que um dos veto do presidente impediu o encerramento total do contencioso relacionado ao afretamento de embarcações. Como antecipou O GLOBO, segundo fontes, nos moldes em que a lei foi aprovada, a Petrobras deve ter alívio de R\$ 21 bilhões referentes a multas em disputa com a Receita.

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia****Autor: Reuters****Título: BP reconhecerá baixa de US\$1,5 bi após mudança tributária nos EUA**

Segundo companhia, mudança elevará lucros no longo prazo.

A BP tem grandes operações de produção de petróleo e gás no Golfo do México e operações de "shale onshore", bem como refinarias que podem processar até 746 mil barris por dia de petróleo.

A petroleira britânica BP reconhecerá uma baixa única de US\$1,5 bilhão em seus ganhos no quarto trimestre de 2017 como resultado das novas regras de imposto de renda para empresas nos Estados Unidos.

A empresa britânica de petróleo e gás disse nesta terça-feira que o corte no imposto sobre o rendimento das empresas dos EUA, de 35% para 21%, deve afetar positivamente os lucros nos EUA no longo prazo.

Mas, a curto prazo, as taxas de imposto mais baixas tendem a afetar seus ativos e passivos fiscais diferidos, resultando em uma cobrança única de US\$ 1,5 bilhão para os resultados do quarto trimestre, que deverão ser anunciados em 8 de fevereiro, afirmou a BP.

"O impacto final da mudança na taxa de imposto sobre o lucro das empresas dos EUA está sujeito a uma série de disposições complexas na legislação, a qual a BP está revisando", afirmou a companhia britânica em comunicado.

Ativos fiscais diferidos referem-se, em alguns casos, a uma empresa pagando demais os impostos antecipadamente e depois recuperando-os sob a forma de alívio fiscal.

A BP tem grandes operações de produção de petróleo e gás no Golfo do México e operações de "shale onshore", bem como refinarias que podem processar até 746 mil barris por dia de petróleo, de acordo com seu site.

VEÍCULO: O Globo**Seção: Rio / colunas****Autor: Ancelmo Gois****Título: Ai, meu bolso**

De junho de 2017, quando a Petrobras iniciou a política de reajustar os preços quase que diariamente, até 29 de dezembro de 2017, o preço do diesel aumentou 26,2%, no acumulado. Já o da gasolina subiu 28,5%, refletindo as elevações do preço do petróleo no mercado internacional.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Rio

Autor: Giselle Ouchana

Título: Tráfico impede o acionamento de sirenes de usina de Angra

Denúncia chegou à Câmara Federal; Frade é o bairro mais afetado.

O crescimento da criminalidade no entorno das usinas nucleares de Angra dos Reis já é uma preocupação concreta na Câmara Federal. Um pedido de audiência pública na Comissão de Minas e Energia foi protocolado em meados do mês passado após uma denúncia de que bandidos armados estariam impedindo o acionamento e a manutenção de sirenes instaladas na região e usadas em treinamentos de emergência. A ação dos criminosos ocorre, principalmente, no bairro Frade, distante cinco quilômetros da Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto (CNAA), conjunto formado por Angra 1, Angra 2 e Angra 3 (em construção). No Plano de Emergência Externo (PEE) da Central Nuclear, essa área é denominada Zona do Plano de Emergência (ZPE) 5, a segunda mais próxima às usinas. A presença ostensiva de bandidos armados impactou, entre julho e outubro, o acionamento de, ao menos, duas sirenes instaladas nas proximidades do Morro da Constância, localizado no Frade. O deputado federal Luiz Sérgio (PT), que solicitou a audiência, pede ainda a intervenção da Força Nacional de Segurança no local.

— A operacionalidade do sistema de alerta está ameaçada em caso de necessidade. Se você tem uma comunidade como a do Frade, que precisa ser evacuada, e nessa comunidade as pessoas estão amedrontadas por causa do tráfico, isso não pode acontecer. Portanto, é preciso pedir a intervenção da Força Nacional para garantir que o plano de emergência seja factível — explica o deputado. Além de não permitir o acionamento remoto e a presença de técnicos para manutenção, os traficantes também impedem a distribuição de material informativo sobre o Plano de Emergência Externo, que acontecia de casa em casa. Um levantamento, em fase de conclusão, realizado pelo Núcleo de Estudos em Conflito e Sociedade (Necso) da Universidade Federal Fluminense, aponta o crescimento de crimes em Angra dos Reis. De acordo com o estudo havia, em 2015, cerca de 30 comunidades no município onde se observava a presença ostensiva de traficantes armados.

MILÍCIAS TAMBÉM ATUAM

Para o cientista político e professor do Laboratório de Estudos sobre Política e Violência da UFF de Angra, André Rodrigues, nota-se também indícios da atuação de milícias na região. — Em relação a homicídios, a região da Costa Verde, especificamente Angra dos Reis, é muito violenta há uma década. Mas tem havido uma reconfiguração dos grupos criminosos e dos territórios, além de uma mudança na maneira de atuação. Talvez pela entrada de armamentos de grosso calibre e pela reorganização de mercados ilegais, que são fatos mais recentes — explica André Rodrigues. Os testes sonoros no entorno das usinas são realizados uma vez por mês, sempre no dia 10. De acordo com as denúncias recebidas pelo gabinete do deputado, os testes não ocorreram em julho, agosto, setembro e outubro.

O comandante do 33º BPM (Angra dos Reis), coronel Damião Cruz Portella, admitiu, também em nota, que as sirenes estão sendo furtadas e que planeja ações para identificar e prender os criminosos responsáveis pelos atos de violência. Portella disse ainda que está buscando parceria com a Prefeitura de Angra dos Reis para que possa implementar ações mais efetivas na região. A Defesa Civil estadual, responsável pelo acionamento das sirenes, afirmou que diariamente são realizados testes silenciosos, e uma vez ao mês o sonoro. No entanto, garantiu que não há registros de intercorrência nos acionamentos. Já a Eletronuclear não confirmou a impossibilidade de os técnicos realizarem a manutenção in loco. Em nota, disse que a violência na região é um problema de segurança pública e que espera uma solução por parte das autoridades competentes.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: Nicola Pamplona

Título: Vetos no Repetro mantêm litígio com Receita, diz Petrobras

A Petrobras afirmou nesta terça-feira (2) que as novas regras tributárias para o setor de petróleo sancionadas pelo presidente Michel Temer na sexta-feira (29) trazem segurança, mas não eliminam totalmente os litígios com a Receita Federal.

Ainda assim, a empresa pode ter um alívio de R\$ 21 bilhões com a possibilidade de acordos em disputas com a Receita envolvendo o cálculo de imposto de renda no aluguel de embarcações no exterior.

As novas regras foram instituídas pela Lei do Repetro (o regime aduaneiro especial para petróleo e gás), aprovada pelo Congresso com apoio das petroleiras, mas com três artigos vetados por Temer.

Além de estender para 2040 isenções fiscais na compra de equipamentos, a lei altera o cálculo de impostos sobre o lucro das petroleiras, atendendo a demanda das empresas.

"Um dos principais objetivos expressos na exposição de motivos da MP 795/2017 (que deu origem à lei), a redução de litígios, não foi integralmente atingido em razão do veto", disse a estatal, em nota.

A empresa se referia ao veto a artigo que tratava de disputas sobre o pagamento de Cide (Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico) e PIS/Cofins no aluguel de embarcações até 2014.

"Embora seu cancelamento estivesse previsto no texto aprovado pelo Congresso Nacional, foi objeto de veto presidencial", comentou a Petrobras, na nota. O veto seguiu orientação do Ministério da Fazenda.

Em seu balanço do terceiro trimestre, a companhia calcula em R\$ 53,5 bilhões o valor dos processos judiciais envolvendo IRRF, Cide e PIS/Cofins no afretamento de embarcações.

A Petrobras não se pronuncia sobre o valor da anistia, mas a Folha apurou que pode chegar aos R\$ 21 bilhões, caso a companhia se comprometa a encerrar disputas e pagar parte do que é cobrado pela Receita.

Representante das petroleiras, o IBP (Instituto Brasileiro do Petróleo) disse que "continuará trabalhando para futuras reduções no contencioso tributário do setor", com a proposta de alternativas para que os valores em disputa "possam ser revertidos, na sua plenitude, em investimentos no setor".

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: Paulo Fridman / Reuters

Título: Gerdau vende ativos nos EUA por US\$ 600 mi

O conselho de administração da Gerdau aprovou a venda de unidades produtoras de vergalhão e plantas de corte e dobra de aço nos Estados Unidos para a Commercial Metals Company por US\$ 600 milhões (cerca de R\$ 2 bilhões), informou a companhia em fato relevante nesta terça-feira (2).

Segundo a empresa, a venda de unidades faz parte da estratégia de reduzir o endividamento e focar em negócios com maior rentabilidade.

"A decisão de vender unidades produtoras de vergalhão nos EUA é parte do nosso processo de transformação global, buscando nos tornar mais rentáveis no mercado norte-americano, que é extremamente competitivo", disse o vice-presidente executivo do conselho de administração, André Gerdau Johannpeter, em fato relevante.

O acordo inclui as usinas de Jacksonville (Flórida), Knoxville (Tennessee), Rancho Cucamonga (Califórnia) e Sayreville (Nova Jersey), com capacidade de produção combinada de 2,5 milhões de toneladas curtas por ano, além de unidades de beneficiamento de vergalhões e distribuição nos EUA.

"A operação permitirá o nosso crescimento acelerado em segmentos atrativos na América do Norte", afirmou o presidente da operação de aços longos na América do Norte, Peter Campo. "Junto com nossa operação de aços especiais nos EUA, seguiremos bem posicionados para servir e criar valor aos nossos clientes nos mercados de construção não-residencial, equipamentos industriais, de transporte e de energia", acrescentou.

A Gerdau espera receber as autorizações dos órgãos reguladores para fechamento da transação até o fim de 2018, conforme o comunicado. O banco Goldman Sachs atuou como assessor financeiro da Gerdau e a Simpson Thacher & Bartlett como assessor legal.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Denise Luna

Título: Com Repetro, Petrobrás economiza R\$ 21 bi

Mas estatal se queixa de veto de Temer à lei na parte que trata de afretamentos; sem veto, economia poderia dobrar.

A Petrobrás vai economizar R\$ 21 bilhões com o pagamento de impostos após a entrada em vigor da nova Lei do Repetro, apurou o Broadcast/Estadão. As novas regras, publicadas no Diário Oficial da União na última sexta-feira, determinam um regime tributário especial, que permite a isenção de impostos para empresas do setor de óleo e gás no País. Apesar da economia, a Petrobrás criticou um dos três vetos feitos pelo presidente da República, Michel Temer, à lei. O alvo foi o que trata das cobranças relacionadas às contribuições sociais (CIDE-Serviços, PIS e COFINS) sobre o afretamento de embarcações (plataformas de petróleo) no exterior. Sem o veto, disse uma fonte ligada às

negociações, esse valor de R\$ 21 bilhões poderia mais do que dobrar. No ano passado, a estatal informou que possuía R\$ 53,5 bilhões em processos judiciais não provisionados, referentes a casos envolvendo a incidência de Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) e as cobranças sociais.

Além da isenção de impostos na cadeia de petróleo e gás, a nova Lei do Repetro ainda oferece um parcelamento em 12 vezes das dívidas já contraídas com o IRRF. A Petrobrás representa 80% da dívida do setor com a Receita Federal feitas até 2014 pelo afretamento de embarcações. O órgão entende que o afretamento é um serviço passível de tributação, como um aluguel, o que é contestado pelas petroleiras. O secretário executivo do Instituto Brasileiro do Petróleo (IBP), Antonio Guimarães, também criticou o mesmo veto presidencial, considerado por ele como um antigo pleito das petroleiras. O setor esperava um esclarecimento em torno desse tema na lei do Repetro, permitindo um equacionamento mais rápido das discussões com a Receita. A Petrobrás terá, portanto, que continuar negociando com a Receita e recorrerá à Justiça se não conseguir chegar a um acordo com o governo. Para o IBP, no entanto, será apenas uma questão de tempo para a questão ser resolvida

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Política

Autor: Raphael Di Cunto e Fabio Murakawa

Título: Parlamentares ameaçam rejeitar MP do setor elétrico

Parlamentares ameaçam rejeitar a Medida Provisória (MP) 814, editada na sexta-feira como parte do plano de privatização da Eletrobras e para resolver problemas de distribuidoras de energia da região Norte e de sistemas isolados. Eles consideram que a MP libera a venda da estatal e de suas subsidiárias sem que o modelo de desestatização precise passar pelo crivo do Legislativo.

A MP revoga artigo de uma lei aprovada em 2004 no governo Lula (PT) para excluir a Eletrobras e suas subsidiárias no Programa Nacional de Desestatização (PND) criado no governo FHC, que previa a reestruturação da empresa com vistas à futura privatização. Sem esse dispositivo, o governo fica autorizado a vender a empresa, dizem parlamentares e especialistas.

Tem crescido entre os deputados e senadores da base a resistência a que o governo abra mão do controle da Eletrobras e, principalmente, de suas subsidiárias. As bancadas do Nordeste e de Minas Gerais lideram o movimento contrário à venda da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (Chesf) e Furnas. Além disso, a MP também reinclui no plano de desestatização a Eletronorte, Eletrosul e Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica (CGTEE).

O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), tornou-se porta-voz desse movimento, ao criticar o modo como o governo decidiu dar início aos planos de entregar o controle da estatal para a iniciativa privada, por uma medida provisória, que tem efeito imediato a partir da publicação. "Sou a favor da privatização, mas só via projeto de lei", disse.

Líder do PP na Câmara, o deputado Arthur Lira (AL) afirmou que também é favorável à redução do Estado, mas que não concorda com "querer vender por vender, sem uma correta avaliação da importância e do preço" dos ativos. "Fazer isso por medida provisória é temerário. Isso vai cair, seguramente, na votação", disse. "Projeto de lei é mais justo, amplia o diálogo", completou.

No governo, avalia-se que Maia "tem todo o direito de estar irritado" com a MP, mas que essa resistência se dissipará na volta do recesso, quando a Casa Civil deve enviar ao Congresso o projeto de lei com as regras para diluição das ações do governo na Eletrobras (a União hoje é majoritária, mas reduzirá sua fatia a 40%) e a "descotização" das usinas - ou seja, liberá-las do regime de cotas, que as obriga a vender a energia ao um preço mais baixo do que o de mercado. Em troca, a Eletrobras pagaria um bônus à União, o que poderia render até R\$ 20 bilhões ao Tesouro.

Sem o PL, governo ficaria impossibilitado de seguir adiante com o modelo de privatização que anunciou. "O modelo vai ser encaminhado ao Congresso", assegurou ao Valor o senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), pai do ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho. "Sei que há críticas, mas [a edição da MP] é uma necessidade para que se possa concluir o processo [de privatização] até setembro de 2018."

O governo não pretende vender ações da Eletrobras, mas aumentar o capital da empresa e, assim, diluir sua participação na companhia. "A ideia é diluir ações, não vender ações. E, com esses recursos novos, comprar usinas hidrelétricas que vão ser 'descotizadas'", disse o senador.

Na exposição de motivos da MP, o ministro Fernando Coelho Filho defende que a proposta "não antecipa as discussões de mérito". "O intuito da revogação é permitir, com plena segurança, que sejam contratados e iniciados os estudos da situação econômica e financeira da Eletrobras", afirma.

A liberação para privatizar a estatal, diz ele, "é urgente para que não se comprometa a decisão política de desestatização em função de atraso nos estudos necessários, evitando frustração de recursos fiscais em 2018 e de benefícios aos consumidores a partir de 2019". O governo incluiu R\$ 12,2 bilhões no Orçamento deste ano referentes a entrega do comando da estatal para a iniciativa privada.

Mas parlamentares ponderaram que, se a MP for aprovada, mas o projeto de lei, rejeitado, o governo ainda sim ficaria livre para vender a estatal, mas num outro modelo que não envolvesse a descotização.

Para o deputado José Carlos Aleluia (DEM-BA), a burocracia governamental, "de forma desleal", introduziu na medida a revogação. "Para os planos divulgados pelo governo, será preciso um projeto de lei de 'descotização', mas eles podem vender a parte [das subsidiárias] que não é de geração de energia", pontuou. O argumento usado para revogar a restrição, argumentou o deputado, é inócuo: "A lei não proíbe que faça estudos, a lei proíbe que venda."

Enquanto boa parte da resistência à venda da estatal deriva do temor dos políticos de perder ascendência sobre a Eletrobras, alguns creem que as indicações políticas para a diretoria da empresa podem continuar. "A influência política pode permanecer, mas será bem menor do que é hoje", diz o consultor legislativo do Senado Israel Lacerda de Araújo.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Francisco Góes

Título: Estaleiros buscam novos negócios para depender menos da Petrobras

Os estaleiros nacionais começam 2018 com a perspectiva de que ainda será um ano difícil, mas ao mesmo tempo crucial para retomar a carteira de encomendas. Em crise há pelo menos dois anos, com empresas pedindo proteção à justiça contra credores desde 2016, os estaleiros ligados à indústria de petróleo e gás buscam saídas para retomar o crescimento. Miram outras atividades, para atuar como portos e terminais de combustíveis, por exemplo. E tentam desenvolver novos clientes para reduzir a dependência da Petrobras, o cliente único dessa indústria.

Apesar dos esforços de recuperação, o futuro dos estaleiros é incerto mesmo depois de terem investido cerca de R\$ 20 bilhões desde 2007, em grande parte com recursos públicos, para construir e expandir unidades de produção de navios e de plataformas de norte a sul do país, segundo estimativas do Sinaval, a entidade que representa as companhias do setor. Boa parte dos investimentos foi financiada com dinheiro do Fundo da Marinha Mercante (FMM), fonte de longo prazo para o setor, e repassada via bancos federais, sobretudo BNDES, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal.

O Sinaval tem manifestado que, em última análise, existiria risco de os bancos públicos terem de assumir prejuízos dos estaleiros. Mas nos financiamentos, esses bancos costumam exigir garantias reais dos controladores dos estaleiros,

muitos dos quais são empreiteiras envolvidas na Lava-Jato. Mas em alguns casos a lista de credores dos grandes estaleiros vai além dos bancos públicos, e envolve fornecedores de serviços e outros bancos, além de operadores de petróleo. A Engevix Construções Oceânicas (Ecovix), por exemplo, com instalações em Rio Grande (RS), protocolou recuperação judicial no fim de 2016 para tentar renegociar dívidas de R\$ 8 bilhões, metade dela com a Tupi BV, da qual são sócias Petrobras Netherlands BV, Shell e Galp-Sinopec. A Ecovix acusa a Petrobras, na condição de sócia da Tupi BV, de descumprir um acordo de término de contratos de construção de cascos de plataformas acertado entre as partes, o que a estatal nega. A Ecovix tomou emprestado da ordem de R\$ 600 milhões no FMM, via Caixa e Banco do Brasil, dívida essa que será contemplada no plano de recuperação judicial da companhia.

Empresas do setor investiram R\$ 20 bilhões desde 2007, com recursos do BNDES, Banco do Brasil e Caixa

Em outra frente, a Transpetro, subsidiária da Petrobras, também cancelou contratos com o EISA Petro-Um, sociedade de propósito específico que opera nas instalações do Estaleiro Mauá (RJ), do Synergy Shipyard, do empresário German Efromovich. O cancelamento abriu litígio judicial entre as empresas. Nos dois casos (da Ecovix e do Eisa-Petro Um), há encomendas em estágio avançado de obras cujo destino é incerto. O casco da plataforma P-71, inacabada na Ecovix, pode virar sucata, e três navios do Eisa Petro-Um, dois dos quais quase prontos, estão parados no Estaleiro Mauá (RJ).

É nesse cenário conturbado que os estaleiros buscam saídas para seguir operando. "2018 será um ano para tentar construir carteira para os estaleiros", diz Sérgio Bacci, vice-presidente do Sinaval. Esse é um tema que se relaciona diretamente com a discussão sobre conteúdo nacional na indústria de petróleo e gás, debate que vai continuar em 2018. Em dezembro, a Agência Nacional do Petróleo (ANP) propôs aumento de 25% para 40% na exigência de conteúdo local para a construção de plataformas, percentual válido para unidades a serem instaladas em áreas leiloadas entre 2005 e 2015. Mas na visão do Sinaval o percentual poderá ser atingido sem construir os cascos das plataformas nos estaleiros nacionais, o que é fundamental para garantir a operação das empresas e os empregos. No auge do setor, em 2014, os estaleiros chegaram a empregar 82 mil pessoas, número que hoje é de cerca de 28 mil, nas contas do Sinaval.

Os compromissos de conteúdo local para plataformas foram divididos em três segmentos: a) engenharia, b) máquinas e equipamentos e c) construção, integração e montagem, cada um deles com exigência de 40%. A proposta ainda precisará do aval do Conselho Nacional de Política de Energética (CNPE). Mas o Sinaval entende que para garantir demanda aos estaleiros seria preciso criar um

quarto segmento, para os cascos das plataformas, também com 40% de conteúdo local. Sem isso, a demanda pode ficar restrita à construção e integração de módulos para as plataformas, disse Bacci. "A proposta como está não garante a construção de casco no Brasil."

Fernando Barbosa, presidente do estaleiro Enseada Indústria Naval, acredita que será possível chegar a um entendimento em torno do conteúdo local que atenda a todos os agentes envolvidos na discussão (governo, petroleiras, fornecedores e estaleiros). Em novembro, o Enseada, cujos sócios são Odebrecht, OAS e a japonesa Kawasaki, conseguiu homologar na Justiça do Rio um plano de recuperação extrajudicial - que foi protocolado em janeiro de 2017 -, reestruturando dívida de R\$ 1,3 bilhão com fornecedores e bancos. Dona do estaleiro homônimo em Maragogipe, no Recôncavo baiano, o Enseada tem planos de desenvolver novos negócios, incluindo operações portuárias e também tenta viabilizar a operação como terminal de combustível.

O Enseada entrou em dificuldades depois da derrocada da Sete Brasil, seu único cliente, que pediu recuperação judicial em 2016. Assim como o Enseada, outros estaleiros também enfrentaram dificuldades a partir dos problemas da Sete, que tinha planos de construir 28 sondas de perfuração no país, projeto que terminou naufragando por falta de financiamentos. A empresa contava com apoio financeiro do BNDES, o que não ocorreu depois que se tornou público, em delação premiada, que houve acerto de propina de 1% nos contratos entre a Sete Brasil e os estaleiros para a construção de sondas. Até hoje há discussões entre estaleiros e Sete Brasil.

O Estaleiro Atlântico Sul (EAS), que também chegou a ter contratos com a Sete Brasil e hoje trabalha na entrega de navios para Transpetro, é outro grande estaleiro a buscar alternativas. "Para 2018, o foco principal é a conquista de novas encomendas", disse o EAS, que tem como sócios Camargo Corrêa e Queiroz Galvão. A Transpetro informou que até 2019 receberá cinco navios tipo Aframax do EAS e um navio gaseiro do Vard-Promar. Os dois estaleiros ficam em Pernambuco. O EAS recebeu "prioridade" de R\$ 400 milhões do FMM para construir dois navios graneleiros para cliente cujo nome é mantido em sigilo. O EAS vinha tentando viabilizar outros contratos de navios com a Petrobras, mas não conseguiu.

Em nota, o EAS afirmou que, embora o plano de investimentos da Petrobras estime R\$ 74,5 bilhões em investimentos até 2022, "não há qualquer menção à construção de navios no Brasil". A construção naval no Brasil foi sempre dependente da demanda do Estado, e passou por ciclos. Desde a criação dos primeiros estaleiros no país, no governo de Juscelino Kubitschek, nos anos 1950, a indústria enfrentou altos e baixos. Houve forte demanda nos anos 1970,

seguida de crises e nova retomada, nos anos 2000. Depois de outra crise, a indústria tenta se reerguer.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Francisco Góes

Título: Ecovix cobra execução de acordo da Tupi BV

Em recuperação judicial, a Engevix Construções Oceânicas (Ecovix) planeja atuar em operações portuárias, prestar serviços a empresas da indústria de petróleo e fazer reparos navais. Para desenvolver essas atividades, a companhia vai precisar ter o plano de negócios aprovado pelos credores da companhia, aos quais deve R\$ 8 bilhões, em assembleia prevista para 29 de janeiro. Em paralelo às discussões sobre a recuperação judicial, a Ecovix discute o cumprimento de acordo assinado com a Tupi BV, sociedade entre Petrobras, Shell e Galp-Sinopec. A execução do acordo permitirá "liberar" o estaleiro de blocos de cascos de plataformas inacabados, que impedem qualquer operação no local, disse José Antunes Sobrinho, único acionista da companhia. A Ecovix não descarta ir à Justiça.

"Se Petrobras não cumprir o combinado no acordo, vamos até o último fio de cabelo", disse Antunes. A Ecovix foi criada como braço de construção naval do grupo Engevix, que foi implicado na Lava-Jato. Sobrinho chegou a ser preso, mas terminou inocentado na chamada Operação Pixuleco, relacionada à cobrança de propina de empreiteiras na Petrobras.

A Engevix entrou na construção naval ao ganhar concorrência da Petrobras para construir oito cascos de plataformas para o pré-sal. A ganhar a concorrência, em 2009, a empresa podia utilizar o Estaleiro Rio Grande (ERG), em Rio Grande (RS), construído pela W. Torre e cujos direitos foram comprados pela Ecovix. Antunes estima que o ativo vale hoje US\$ 1 bilhão. O estaleiro enfrentou problemas e, no fim, dos oito cascos contratados, cinco foram entregues, sendo três feitos no ERG e dois na China.

Duas unidades inacabadas (P-71 e P-72) permanecem no estaleiro. É em torno dessas unidades que não há consenso. A discussão com a Tupi BV se relaciona com um documento firmado em dezembro de 2016, chamado de Acordo de Encerramento de Contrato (TSA, na sigla em inglês). O TSA definiu o término de contratos de construção de cascos entre a Ecovix e a Tupi BV. Antunes disse que o TSA prevê que seja dada solução para a P-71 e P-72. "Sem isso não consigo usar o estaleiro."

Segundo a Ecovix, a Tupi BV comunicou, em agosto de 2017, a intenção de vender bens e materiais que se encontram no ERG, inclusive blocos da P-71. Antunes disse que há decisão da Petrobras de transformar os blocos da P-71 em sucata. Mas para isso a estatal precisa nacionalizar o aço utilizado nos blocos, e pagar impostos.

Em nota, a Petrobras disse que os contratos dos cascos foram encerrados em razão "dos inadimplementos contratuais e atrasos da própria Ecovix, que se mostrou incapaz de concluir as obras para as quais fora contratada". Na nota, a Petrobras disse que como resultado desse encerramento contratual e na esperança de reduzir seus prejuízos, a Tupi BV e a PNBV, também interveniente nos contratos, tiveram de rever o planejamento para a conclusão das conversões dos cascos, o que acarretou a contratação de diversas outras empresas, tanto brasileiras quanto estrangeiras, para a execução de inúmeros serviços remanescentes.

Segundo a Petrobras, a Tupi BV está cumprindo todas as obrigações previstas no TSA. "Pelo documento, a própria Ecovix é a responsável pela retirada dos bens atualmente estocados no Estaleiro Rio Grande (ERG)." De acordo com a estatal, os cascos das plataformas P-66, P-67 e P-68 foram entregues incompletos ao consórcio Tupi BV, após construção parcial no ERG. "Estes cascos tiveram partes construídas pela Ecovix no ERG e partes subcontratadas pela Ecovix em estaleiros da China, sendo que a construção dos cascos da P-69 e da P-70 foi integralmente subcontratada pela Ecovix em estaleiro na China."

A Ecovix alega que parte do atraso nas encomendas se deveu à plataforma P-55 que demorou mais de ano para desocupar o dique do estaleiro. Outro problema que teve influência foi o fato de o estaleiro ser construído ao mesmo tempo que fazia os cascos. Antunes afirmou que o ERG foi construído dentro de política de governo e que a Ecovix investiu R\$ 530 milhões considerando a construção de até 12 plataformas, sendo que só uma parte delas se realizou.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor:

Título: Destaques

Reajustes no aço

A ArcelorMittal Tubarão aplica a partir de hoje um aumento de 12% em todos os seus aços planos, intenção anunciada em dezembro, de acordo com informação do presidente do Inda, entidade da rede de distribuição, Carlos Loureiro. Abrange aços laminados a quente e a frio e zincados e atinge clientes

da distribuição e outras indústrias. Por outro lado, as empresas de aços planos devem reajustar entre 20% e 25%, a partir deste mês, vendas às montadoras de automóveis, conforme acordo.

GSF custará R\$ 10 bi

O déficit de geração das hidrelétricas (medido pelo fator GSF) deve custar ao setor R\$ 10 bilhões neste ano, sendo R\$ 7 bilhões no ambiente regulado e R\$ 3 bilhões no mercado livre, segundo projeção da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) na apresentação do InfoPLD de janeiro de 2018. O custo estimado leva em conta o déficit médio projetado para o ano, de 11%, e o preço de liquidação das diferenças (PLD, referência do mercado à vista de energia) médio previsto, de R\$ 190 por megawatt-hora (MWh). No ano passado, o PLD médio foi de R\$ 324 o /MWh. A projeção considera preço na faixa de R\$ 200.

VEÍCULO:	Valor Econômico
-----------------	------------------------

Seção:	Empresas
---------------	-----------------

Autor:	
---------------	--

Título:	Curtas
----------------	---------------

Petrobras e DOF Subsea

A norueguesa DOF Subsea, subsidiária da DOF ASA, que fornece serviços marítimos para o setor de petróleo e gás, firmou dois novos contratos com a Petrobras para a instalação de robôs subaquáticos controlados remotamente (ROV, na sigla em inglês) nos navios Skandi Angra e Skandi Paraty, que navegam pela costa brasileira. Os novos contratos começam a valer em abril de 2018 e encerram em setembro e novembro de 2020, respectivamente. As operações envolvem um aumento do valor potencial de receita (backlog) em aproximadamente 200 milhões de coroas norueguesas, aproximadamente US\$ 24,6 milhões.

CPFL reúne subsidiárias

A CPFL Energia informou que as subsidiárias CPFL Santa Cruz, CPFL Leste Paulista, CPFL Sul Paulista e CPFL Mococa foram incorporadas pela CPFL Jaguari, com o objetivo de racionalizar a atual estrutura societária dos ativos e possibilitar a otimização de custos administrativos e operacionais, com economias de escala e sinergia.

Minério tem nova alta

Os preços do minério de ferro tiveram alta de 2,9% no porto chinês de Qingdao - a grande referência do mercado transoceânico - e fecharam cotados a US\$ 74,71 a tonelada ontem, de acordo com a "Metal Bulletin". Em 2017, os preços do minério de ferro caíram 7,9%. A referência é o índice que acompanha o minério com teor de 62% de ferro. No mercado futuro, os contratos com vencimento em maio tiveram leve alta de 0,6%, para 543,5 yuans a tonelada. Na Bolsa de Futuros de Xangai, a bobina a quente de aço também com entrega para maio subiu 1,7%, cotada a 3.927 yuans por tonelada. A cotação do vergalhão para o mesmo mês teve alta de 2,1%, para 3874 yuans por tonelada na Bolsa de Futuros de Xangai.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Francisco Góes

Título: Navios do Promef estão inacabados no Estaleiro Mauá

Nas instalações do Estaleiro Mauá, em Niterói (RJ), três navios-tanque, do tipo Panamax, permanecem com as obras paralisadas e com destino incerto. A construção das embarcações foi contratada pela Transpetro, a subsidiária de logística da Petrobras, ao Eisa Petro Um, sociedade de propósito específico ligada ao Synergy Shipyard, do empresário German Efromovich. Os navios fazem parte do Programa de Expansão e Modernização da Frota (Promef), lançado pela Transpetro na gestão do ex-presidente da empresa, Sérgio Machado, que se tornou delator na Operação Lava Jato.

Os navios parados no Mauá, onde o Eisa Petro Um opera, fazem parte de um lote de quatro Panamax encomendados pela Transpetro à empresa, dos quais somente um foi entregue. O investimento nas quatro embarcações é estimado em R\$ 1 bilhão, dos quais cerca de R\$ 800 milhões foram financiados pelo Fundo da Marinha Mercante (FMM), tendo o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) como agente financeiro da operação.

Parte do financiamento foi contratada com a Transpetro e parte com o Eisa Petro Um, que em 2016 entrou em recuperação judicial. Relatório do TCU sobre o Promef indica que o Eisa Petro Um está inadimplente com o banco. Ricardo Vanderlei, presidente do EISA Petro Um, disse que a suspensão dos pagamentos se relaciona com o fato de a Transpetro ter tomado a decisão de rescindir os contratos com o estaleiro. "É uma engrenagem na qual o estaleiro depende das receitas da construção para fazer frente aos seus compromissos", disse o

executivo. O TCU mostrou preocupação com a situação dos navios que pode levar a perda de valores "consideráveis".

Transpetro rescindiu contratos com estaleiro de forma unilateral, alegando que navios não foram entregues

Dos três navios, um está com quase 90% de avanço físico nas obras e o outro, com mais de 94%, segundo o TCU. As embarcações encontram-se flutuando atracadas junto a um cais do Estaleiro Mauá. O terceiro navio está na carreira do estaleiro, com 68,7% de obras realizadas. Vanderlei disse que os três navios precisam de investimentos de cerca de R\$ 150 milhões para serem concluídos. "É pouco em relação aos que os navios representam", afirmou.

Mas até agora Eisa Petro Um e Transpetro não conseguiram chegar a um entendimento sobre como dar uma solução ao caso. A Transpetro rescindiu os contratos de forma unilateral, em 2015, alegando inadimplemento contratual pelo Eisa Petro Um. "Os navios não foram entregues à Transpetro, portanto a companhia não tem nenhuma responsabilidade quanto à manutenção [das embarcações]", disse a Transpetro, em nota.

Vanderlei afirma que os navios, financiados com recursos públicos, "enferrujam" na Baía de Guanabara. O caso foi parar na Justiça do Rio, onde o Eisa Petro Um ajuizou ação na qual questiona o cancelamento dos contratos. Ao mesmo tempo, o estaleiro tem o objetivo de produzir provas para demonstrar que houve desequilíbrio econômico dos contratos, o que possibilitaria renegociar a retomada da construção dos navios.

Frente aos problemas, o estaleiro dispensou 3,5 mil empregados em 2015. Na nota, a Transpetro afirmou que todos os depósitos que venha a fazer em cumprimento a decisões da Justiça do Trabalho relacionadas ao não pagamento, pelo estaleiro, dos salários devidos aos seus empregados, serão objeto de ação indenizatória que será oportunamente ajuizada contra o estaleiro. O Valor apurou que o BNDES, embora não tenha influência na relação entre Transpetro e estaleiro, tem interesse que o contrato seja finalizado.

MME / ASCOM .